programa final

Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais

INFORMAÇÃO PARA UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA

III Conferência Nacional de Geografia e Cartografia

IV Conferência Nacional de Estatística

Reunião de Instituições Produtoras
Fórum de Usuários
Seminário "Desafios para Repensar o Trabalho"
Simpósio de Inovações
Jornada de Cursos
Mostra de Tecnologias de Informação

27 a 31 de maio de 1996
Rio de Janeiro, RJ BRASIL

Uma das maneiras de olhar o ofício de produzir informações sociais, econômicas e territoriais é como arte de descrever o mundo. Estatísticas e mapas transportam os fenômenos da realidade para escalas apropriadas à perspectiva de nossa visão humana e nos permitem pensar e agir à distância, construindo avenidas de mão dupla que juntam o mundo e suas imagens. Maior o poder de síntese dessas representações, combinando, com precisão, elementos dispersos e heterogêneos do cotidiano, maior o nosso conhecimento e a nossa capacidade de compreender e transformar a realidade.

Visto como arte, o ofício de produzir essas informações reflete a cultura de um País e de sua época, como essa cultura vê o mundo e o torna visível, redefinindo o que vê e o que há para se ver.

No cenário de contínua inovação tecnológica e mudança de culturas da sociedade contemporânea, as novas tecnologias de informação - reunindo computadores, telecomunicações e redes de informação - aceleram aquele movimento de mobilização do mundo real. Aumenta a velocidade da acumulação de informação e são ampliados seus requisitos de atualização, formato - mais flexível, personalizado e interativo - e, principalmente, de acessibilidade. A plataforma digital vem se consolidando como o meio mais simples, barato e poderoso para tratar a informação, tornando possíveis novos produtos e serviços e conquistando novos usuários.

Acreditamos ser o ambiente de conversa e controvérsia e de troca entre as diferentes disciplinas, nas mesas redondas e sessões temáticas das Conferências Nacionais de Geografia, Cartografia e Estatística e do Simpósio de Inovações, aquele que melhor enseja o aprimoramento do consenso sobre os fenômenos a serem mensurados para retratar a sociedade, a economia e o território nacional e sobre as prioridades e formatos das informações necessárias para o fortalecimento da cidadania, a definição de políticas públicas e a gestão político - administrativa do País, e para criar uma sociedade mais justa.

Simon Schwartzman
Coordenador Geral do ENCONTRO

Promoção

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBGE
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica
IBGE
Associação Brasileira de Estudos Populacionais
ABEP

Co-Promoção

Associação Brasileira de Estatística
ABE
Associação Brasileira de Estudos do Trabalho
ABET
Associação Brasileira de Pós-graduação em Saúde Coletiva
ABRASCO
Associação Nacional de Centros de Pós-graduação em Economia
ANPEC
Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
ANPOCS
Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia
ANPEGE
Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional
ANPUR
Sociedade Brasileira de Cartografia
SBC

Apoio

Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FIRJAN
Academia Brasileira de Letras
ABL
Conselho Nacional de Pesquisas
CNPq
Financiadora de Estudos e Projetos
FINEP
Revista Ciência Hoje

Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central
CODEPLAN (DF)
Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo S/A
EMPLASA (SP)
Empresa Municipal de Informática e Planejamento S/A
IPLANRIO (RJ)
Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro
CIDE (RJ)
Fundação de Economia e Estatística
FEE (RS)
Fundação de Planejamento Metropolitano e Regional
METROPLAN (RS)
Fundação Instituto de Planejamento do Ceará
IPLANCE (CE)
Fundação João Pinheiro
FJP (MG)
Fundação Joaquim Nabuco
FUNDAJ (PE)
Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SEADE (SP)
Instituto Ambiental do Paraná
IAP (PR)
Instituto de Geociências Aplicadas
IGA (MG)
Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis
IPEAD (MG)
Instituto do Desenvolvimento Econômico Social do Pará
IDESP (PA)
Instituto Geográfico e Cartográfico
IGC (SP)
Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento "Jones dos Santos Neves"
IJSN (ES)
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPARDES (PR)
Processamento de Dados do Município de Belo Horizonte S/A
PRODABEL (MG)
Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEI (BA)

Coordenação Geral

Simon Schwartzman

Comissões de Programa

Confege

César Ajara (IBGE)
Denizar Blitzkow (USP)
Jorge Marques (UFRJ)
Lia Osório Machado (UFRJ)
Mauro Pereira de Mello (IBGE)
Speridião Faissol (UERJ)
Trento Natali Filho (IBGE)

Confest

José A. M. de Carvalho (UFMG)
José Márcio Camargo (PUC)
Lenildo Fernandes Silva (IBGE)
Teresa Cristina N. Araújo (IBGE)
Vilmar Faria (CEBRAP)
Wilton Bussab (FGV)

Comissão Organizadora

Secretaria Executiva - Luisa Maria La Croix
Secretaria Geral - Luciana Kanham
Confege, Confest e Simpósio de Inovações
Anna Lucia Barreto de Freitas, Evangelina X.G. de Oliveira, Jaime Franklin Vidal Araújo, Lilibeth Cardozo R.Ferreira e Maria Letícia Duarte Warner
Jornada de Cursos - Carmen Feijó
Finanças - Marise Maria Ferreira
Comunicação Social - Micheline Christophe e Carlos Vieira
Programação Visual - Aldo Victorio Filho e Luiz Gonzaga C. dos Santos
Infra-Estrutura - Maria Helena Neves Pereira de Souza
Atendimento aos Participantes - Cristina Lins
Apoio
Andrea de Carvalho F. Rodrigues, Carlos Alberto dos Santos, Delfim Teixeira, Evilmerodac D. da Silva, Gilberto Scheid, Héctor O. Pravaz, Ivan P. Jordão Junior, José Augusto dos Santos, Julio da Silva, Katia V. Cavalcanti, Lecy Delfim, Maria Helena de M. Castro, Regina T. Fonseca, Rita de Cassia Ataualpa Silva e Taisa Sawczuk
Registramos ainda a colaboração de técnicos das diferentes áreas do IBGE, com seu trabalho, críticas e sugestões para a consolidação do projeto do ENCONTRO.

AS PEQUENAS CIDADES NO BRASIL

Frederico Poley Martins Ferreira
Pesquisador/Bolsista IPEA-Brasília

INTRODUÇÃO

Nos estudos já realizados sobre urbanização brasileira, pouco se tem falado a respeito das pequenas cidades. Mesmo passando desapercebidas, a sua importância vem se consolidando no cenário urbano brasileiro.

As pequenas cidades apresentam peculiaridades bastante distintas em relação aos outros centros de variados portes, inclusive no que se refere à sua própria definição. Neste sentido, está implícita: a diversidade, as suas potencialidades quanto ao desenvolvimento sócio-econômico, as diferentes funções que exercem na rede urbana regional e nacional e o seu número.(vide TABELA I)

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA EM RELAÇÃO AO TAMANHO DA CIDADE E DO MUNICÍPIO

Ao analisar a distribuição da população urbana brasileira por meio da TABELA I, nota-se que a participação das duas classes de cidades menores (20 a 50 mil Hab.) e (50 a 100 mil Hab.) se manteve praticamente igual no período de 1940 a 1980, para sofrerem uma elevação em sua participação durante a década de 80.. Em 1991 representavam aproximadamente 22,1% da população urbana total. Já as cidades de porte médio (de 100 a 500 mil) de 1940 a 1960 sofreram queda em sua participação no cenário urbano, provavelmente por terem sido ofuscadas pelo acelerado ritmo de crescimento das cidades de porte elevado (com mais de 500 mil habitantes). Deve-se observar que neste período (1940 a 1960) o Brasil inicia um rápido processo de industrialização, basicamente localizado nas grandes capitais do centro sul do país, atraindo grandes contingentes de trabalhadores rurais para estes centros.

TABELA.I
DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA POR
CLASSE E NÚMERO DE CIDADES
BRASIL 1940-1991

(em mil hab)	1940		1950		1960		1970		1980		1991	
	NUMERO	%	NUMERO	%	NUMERO	%	NUMERO	%	NUMERO	%	NUMERO	%
500 E +	3	54,1	4	58,0	8	64,4	11	63,9	14	61,6	20	59,7
100 A 500	8	26,0	9	20,1	19	14	37	16,7	60	19,4	72	18,2
50 A 100	11	8,7	18	9,9	28	8,9	43	7,6	71	7,4	114	9,2
20 A 50	31	11,2	51	12,0	92	12,7	148	11,7	238	11,6	354	12,9
TOTAL	53		82		147		239		383		560	

FONTE: CENSOS DEMOGRÁFICOS, IBGE

A partir de 1970, pode-se observar uma ligeira queda na participação das grandes cidades no total, em relação à população urbana residente, e uma pequena elevação na participação das cidades médias. Já durante a década de 80 consolida-se a queda relativa dos grandes centros e também nota-se um pequeno declínio na participação dos centros médios que de acordo com o censo de 1991, passam de 19,4% em 1980 para 18,2% da população urbana total. Aqui, cabe também ressaltar que o Brasil na década de 70 passou a ter mais da metade de sua população localizada em área urbana. Nestes últimos esta tendência anos vem se consolidando, chegando em 1990, com aproximadamente 560 cidades com mais de 20.000 habitantes e quase 75% da população total na zona urbana.

Por outro lado, deve-se notar que a concentração da população em centros de variados portes tem profundas conseqüências nas características dos problemas vivenciados pelos seus moradores no dia a dia.

Como neste trabalho nos propomos a analisar as cidades de pequeno porte não nos deteremos nas características apresentadas pelos outros tipos de cidades. Assim, ao procurarmos analisar, de forma mais agregada, as cidades pequenas nos deparamos com alguns problemas. Inicialmente, a primeira dificuldade que se apresenta, está relacionada com a própria definição de "cidades pequenas". Neste sentido, alguns autores classificam como "cidades" aqueles aglomerados que possuam em sua sede pelo menos 2.000 habitantes, e outros aquelas que possuam na sede o mínimo de 20.000 habitantes. A própria ONU (Organização das Nações Unidas) considera como urbano o município que possui de 2 mil ou mais habitantes residindo em seu núcleo principal (limite mínimo considerado pelas Nações Unidas como município demograficamente urbano; CF - ONU - Diccionario Demografico, Estudos de Poblacion nº29 , Nueva York 1950). Ao adotar um ou outro conceito teremos uma significativa variação no número de cidades no país, já que os pequenos municípios são muitos. Podemos atestar este

fato, pela TABELA II, mesmo de forma incompleta, pois não traz os dados da Região Norte. Pode-se detectar a importância do número de municípios pequenos e conseqüentemente de suas sedes urbanas com menos de 20.000 habitantes no número total de municípios, estes primeiros representando 70% de todos os municípios do Brasil. Por outro lado, a percentagem da população residente nos municípios de até 50.000 hab chega a 36,2% do total, representando também a maior parcela nesta categoria.

TABELA II
BRASIL[1] - DISTRIBUIÇÃO TOTAL DE MUNICÍPIOS
POR TAMANHO E POPULAÇÃO RESIDENTE - 1990

TAMANHO	NÚMERO	% DA POPULAÇÃO	%TOTAL
ATÉ 20.000 Hab	2.991	70,1	18,7
+ 20.000 a 50.000	854	20,01	7,5
+ 50.000 a 100.000	253	5,9	12,1
+100.000 a 500.000	148	3,5	21,2
+500.000 Hab	22	0,5	30,5
TOTAL	4.268	100,0	100,0
TOTAL[2]	4.491		

1 BRASIL, exclusive a Região Norte e inclusive estado do TO
2 Total do país
FONTE: O MAPA DA FOME III - IPEA IPLAN 1993

Finalmente, é importante observar que não é necessariamente o tamanho da população que reside em um determinado espaço é que vai caracterizar se uma área é urbana ou não. Ao se analisar esta questão, deve-se investigar tipo a tipo, pois uma das características mais marcantes das pequenas cidades no Brasil é exatamente a sua diversidade. Para corroborar este fato, podemos exemplificar o caso das regiões de fronteira agrícola. Caracterizadas pelas enormes distâncias entre um núcleo urbano e outro. As cidades das áreas de fronteira agrícola normalmente consideradas pequenas em termos populacionais, exercem funções essenciais para a população de vastas áreas. Neste caso, além do núcleo urbano oferecer serviços como os de saúde, comércio e às

vezes, financeiro, passa a ser também o único vínculo das populações que trabalham no campo com o resto do país e com o mundo.

CARACTERÍSTICAS

QUANTO AO NÚMERO

Entre os aspectos que devem ser mencionados com relação às cidades de pequeno porte, apontamos a sua participação na população urbana total e o número de municípios e cidades que têm surgido no Brasil.

Mesmo apresentando uma participação estável na percentagem da população urbana brasileira (por volta de 12% do total), os pequenos municípios têm conseguido manter sua posição relativa graças a uma rápida expansão de seu número. Desta forma, se em 1940, o Brasil possuía 31 cidades de 20 a 50 mil habitantes, chega-se em 1991 a 354 cidades, um crescimento de mais de 1000% em 50 anos! (vide TABELA I) Por outro lado, em 1991 o Brasil possuía aproximadamente 4.491 municípios. Destes, em torno de 2.991, possuíam até 20.000 habitantes. Como todo município possui uma sede urbana, pode-se concluir neste caso, que as cidades- sede possuem no limite 20.000 habitantes. Assim, de acordo com estes dados, temos que, pelo menos 70% das cidades brasileiras são pequenos núcleos urbanos com até 20.000 habitantes.[0]

Entre os fatores que consideramos determinantes na explicação do número de cidades pequenas, podemos citar a abertura de novas fronteiras (Paraná, Centro-Oeste, Amazônia), a descentralização de recursos e a possibilidade de criação de novos municípios, permitidos pela Constituição Federal de 1988 e pelas novas Constituições Estaduais. Neste caso, vários distritos se emanciparam e a própria distribuição nacional do FPM (Fundo de Participação dos Municípios) permitiu uma renda fixa mínima,

[0] É interessante observar que a percentagem do número de cidades com 20.000 ou menos habitantes é ainda bem maior se considerarmos que muitos municípios populosos possuem suas sedes urbanas pequenas. Neste sentido, estima-se que aproximadamente 4.000 cidades no Brasil possuam menos que 20.000 habitantes.

mesmo para aquelas cidades cuja base econômicas não fosse desenvolvida. (vide TABELA III)

TABELA III
DISTRIBUIÇÃO DO COEFICIENTE DE REPASSE DO FPM POR CATEGORIA DE MUNICÍPIO, SEGUNDO NÚMERO DE HABITANTES - 1988

CATEGORIA DO MUNICÍPIO SEGUNDO NÚMERO DE HAB.	COEFICIENTE
1- até 16.980	
pelos primeiros 10.188	0,6
para cada 3.396 ou fração exced.	0,2
2- de 16.980 até 50.940	
pelos primeiros 16.980	1,0
para cada 6.792 ou fração exced.	0,2
3- de 50.940 até 101.880	
pelos primeiros 50.940	2,0
para cada 10.188 ou fração exced.	0,2
4- de 101.880 até 156.216	
pelos primeiros 101.880	3,0
para cada 13.584 ou fração exced.	0,2
5- acima de 156.216	4,0

Fonte: Cartilha de Repasses, Palmas 1991

Assim, pode-se observar que, no caso dos municípios pequenos, qualquer que seja sua população, até o limite de 16.980, o seu coeficiente mínimo é 0,6.

-QUANTO A POBREZA

Este item parte da análise de um estudo realizado pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) sobre a fome no Brasil[1], cujos dados mostraram a distribuição das famílias famintas da seguinte forma: 1,5 milhão de famílias morando nas regiões metropolitanas, 3,5 milhões de famílias, nas zonas urbanas não metropolitanas e 4,05 nas outras áreas. Mas, nestes dados o que chama mais atenção é a distribuição das famílias indigentes segundo o tamanho do município, sendo que

[1] PELIANO, Anna Maria T. M. "O Mapa da Fome: Subsídios à Formulação de uma política de segurança Alimentar" Documento de Política nº 14, 15, 17 IPEA/IPLAN , Brasília, 1993.

aqueles com até 50 mil habitantes, apresentam as mais elevadas percentagens de indigência familiar: 36,8% nos municípios até 20 mil e 37,7% nos municípios de 20 a 50 mil habitantes. Essas duas classes de tamanho municipal que concentram 90,1% do total dos municípios agrupam 36,2% do total das famílias brasileiras e 54,6% dos 9.175 mil famílias indigentes que existiam no país em 1990. (vide TABELA IV)

Analisando a metodologia utilizada neste estudo, algumas observações podem ser feitas especialmente quanto às cidades pequenas.

No trabalho, a chamada linha de indigência (faixa salarial, onde os que estão abaixo de um determinado valor são considerados indigentes e os acima não indigentes) teve como base o método desenvolvido pela CEPAL. Este método procura determinar o custo de uma cesta básica de alimentos, cuja composição atende aos requisitos nutricionais recomendados pela ONU e as características alimentares de cada região. Os valores nominais das diversas linhas de indigência, em setembro de 1990, foram convertidos em salários mínimos vigentes neste mês. O indicador utilizado para a distribuição dos indigentes dentro de cada estado, foi a proporção de famílias que auferiram rendimentos até dois salários mínimos dentro de cada município.

A aferição da linha de indigência apenas pela renda monetária traz consigo algumas dificuldades. Este indicador desconsidera uma série de rendas indiretas e complementares oferecidas pelo porte e tipo de cidade. Além do que desconsidera também o tamanho da família, determinante importante da renda per capita famíliar.

Desta forma, considerando que, além do custo de vida das cidades menores ser normalmente inferior ao dos grandes centros, ao compararmos dois trabalhadores que recebem baixos salários de forma idêntica em cidades de porte diferenciado, concluímos que os custos (monetário, conforto, tempo gasto) com transporte de uma pequena cidade tendem a ser menores do que a grande; já pela ótica das relações sociais no mercado de trabalho, o morador da metrópole depende pouco dos vínculos de

TABELA IV

BRASIL(I) DISTRIBUIÇAO DO TOTAL DE MUNICIPIOS E DAS FAMILIAS E DAS FAMILIAS INDIGENTES, SEGUNDO TAMANHO DOS MUNICIPIOS 1990

DISTRIBUIÇAO POR TAMANHO	NUMERO DE MUNICIPIOS		DISTRIBUIÇAO DAS FAMILIAS		DISTRIBUIÇAO DAS FAMILIAS INDIGENTES	
	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%
(HAB.)						
ATÉ 20.000	2.991	70,1	6.807.373	18,7	2.502.453	36,8
+ 20.000 A 50.000	854	20,0	6.349.375	17,5	2.396.550	37,7
+ 50.000 A 100.000	253	5,9	4.394.228	12,1	1.291.894	29,4
+ 100.000 A 500.000	148	3,5	7.717.865	21,2	1.492.874	19,3
+ DE 500.000	22	0,5	11.102.292	30,5	1.292.488	11,6
TOTAL	4.268	100	36.371.134	100	8.976.260	24,7
TOTAL(2)	4.491		37.540.899		9.174.598	100

(1) BRASIL, EXCLUSIVE REGIAO NORTE, INCLUSIVE ESTADO DO TOCANTINS

(2) TOTAL DO PAIS

FONTE: IPEA/IPLAN "O MAPA DA FOME III", BRASILIA 1993

família, de amizade e da pequena produção de subsistência, aspectos decisivos para a sobrevivência em centros pequenos. Nas grandes cidades, a maior exposição aos meios de comunicação e a convivência diária com manifestações externas de desigualdades de renda e de riqueza, criam sentimentos de ansiedade e de inconformismo com o "status quo", situação que tende a se amenizar nas pequenas cidades. Por fim, mesmo os grandes centros oferecendo uma maior quantidade e qualidade de serviços, bens e informações, o acesso a esses "produtos urbanos" só se dá por meio de um preço mínimo normalmente inacessível aos trabalhadores de baixa renda tanto dos grandes centros quanto dos pequenos.

Assim, ao analisarmos o nível de indigência das pequenas cidades não podemos deixar de levar em conta todas as outras "rendas indiretas" auferidas por seus moradores parecem ser maiores nos centros menores do que nos grandes, conforme análisado acima..

QUANTO AS POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO

Não é raro encontrarmos pequenos núcleos urbanos com problemas semelhantes ao dos grandes centros, como excesso de poluição , populações marginalizadas, favelas e cortiços, desemprego em grande escala etc... Ao mesmo tempo, em que se pode encontrar no Brasil cidades pequenas que abrigam em sua área, indústrias e serviços os mais diversos, potencialidades para o turismo e mesmo centros de pesquisas e universidades que as permitem estar em contato simultâneo com todo o mundo.

De todos estes fatores encontrados no conjunto das cidades pequenas, o que mais chama a atenção é exatamente a "diversidade" de tipos que compõem o referido cenário urbano.

A partir da década de 70, com a industrialização e a maior urbanização da população brasileira, as cidades pequenas também sofrem alterações em seu meio social e econômico. Assim, nos dizeres de SANTOS[2]

> " As cidades locais mudam de conteúdo. Antes, eram as cidades dos notáveis, hoje se transformam em cidades econômicas. A cidade dos notáveis, onde as personalidades notáveis eram o padre, o tabelião, a professora, o juiz, o promotor, o telegrafista, cede lugar à cidade econômicas, onde são imprescindíveis o agrônomo (que antes vivia nas capitais), o veterinário, o bancário, o piloto agrícola, o especialista em adubos, o responsável pelos comércios especializados".

Mais à frente SANTOS continua relacionando estes fatores à diversificação dos centros:

> "As cidades locais se especializam tanto mais quanto na área respectiva há possibilidades para a divisão do trabalho, tanto do ponto de vista da materialidade quanto do ponto de vista da dinâmica interpessoal. Quanto mais intensa a divisão do trabalho numa área, tanto mais cidades surgem e tanto mais diferentes são umas das outras".

É essencial futuramente realizar estudos de forma mais minuciosa quanto a classificação e caracterização dos centros menores e uma reavaliação mais precisa de sua importância no cenário econômico e urbano a nível nacional. Neste sentido, pode-se encontrar alternativas mais viáveis de desenvolvimento e mesmo de acesso a uma melhor "qualidade de vida" das populações menos favorecidas.

---

[2] SANTOS, Milton "Urbanização Brasileira" Ed Hucitec, São Paulo 1993 pags 51-53

QUANTOS AS POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO

Nos dias de hoje, o desenvolvimento econômico está estreitamente vinculado a uma maior integração mundial, onde a velocidade das trocas e a qualidade dos produtos transacionados vem se intensificando de forma assustadora.

O mercado também aumenta suas demandas, exigindo por um lado produtos mais sofisticados e personalizados e por outro uma mão de obra capaz de fabrica-los (ou seja, especializada, com alta produtividade e bem remunerada). Neste contexto, surgem novos conceitos como, os do meio-ambiente, das novas tecnologias limpas e intensivas em conhecimento, e de pensar o homem como o objetivo fim de todas as ações.

Assim, de acordo com FERREIRA[3]

> "O desafio consiste em que os atores do desenvolvimento sejam capazes de manejar o enfoque das necessidades humanas para orientar suas ações e aspirações".

Neste cenário, as cidades pequenas apresentam uma perspectiva interessante quanto as possibilidades de surgimento de estilos alternativos de desenvolvimento.

Ao levarmos em conta a dimensão espacial das cidades, não desconsideramos sua complexidade social e econômica, mas enfocamos, talvez a maior facilidade em se poder manejar, conhecer e solucionar as "necessidades humanas". Isto se viabiliza pela proximidade dos agentes sociais e pelo desenvolvimento tecnológico nas comunicações que permitem às pequenas cidades em qualquer lugar, por mais distante que estejam, se integrar com o mundo.

Um outro aspecto aponta a própria função dos pequenos centros, como incentivadores da descentralização das atividades produtivas, principalmente as

---

[3] FERREIRA, Maria Lúcia "Dilemas Socio-ambientais e Desenvolvimento Sustentável" Ed UNICAMP, 1993 pags 25-32

industriais, permitindo a criação de pólos alternativos para atração/contenção de migrantes e, dessa forma, aliviando a pressão migratória sobre os grandes centros.

No Brasil já existem exemplos de cidades, cujas as comunidades organizadas montam um fundo de investimento para financiar a criação de empresas de caráter regional, cujas as cotas são vendidas para os cidadãos locais. O lucro é proporcionado pelo faturamento do projeto e por sua própria valorização.

BIBLIOGRAFIA

FERREIRA, Maria Lúcia "Dilemas Socio-ambientais e Desenvolvimento Sustentável" Ed UNICAMP, 1993

PELIANO, Anna Maria T. M. "O Mapa da Fome: Subsídios à Formulação de uma política de segurança Alimentar" Documento de Política nº 14, 15, 17 IPEA/IPLAN , Brasília, 1993

SANTOS, Milton "Urbanização Brasileira" Ed Hucitec, São Paulo 1993 pags 51-53